



Parlamento catarinense efetiva participação no Fome Zero

O lançamento do Fórum Parlamentar Permanente do Fome Zero, em sessão especial realizada na noite de segunda-feira (14), selou o compromisso e o início efetivo da integração do Legislativo de Santa Catarina na maior iniciativa de combate à fome e à miséria assumida por uma administração federal em toda a história do País. "Espero que outras Assembléias imitem esta iniciativa do parlamento catarinense", disse Frei Betto, coordenador de Mobilização Social do Programa Fome Zero, que explicou como está formatado e como funciona o programa a lideranças comunitárias, organizações-não governamentais, prefeitos, secretários e parlamentares que lotaram as galerias e o plenário.

Governo do Estado e Poder Judiciário representados, respectivamente, pelos secre-

tário-adjunto do desenvolvimento da Família, Evaldino Leite, e presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio do Amaral e Silva, anunciaram ações na noite do lançamento. "Jóia da coroa", entre todos os projetos do governo do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, o programa se ancora essencialmente na unificação e expansão de esforços envolvendo toda a sociedade civil e o poder público e tem como meta essencial gerar renda, educação e trabalho para todos os brasileiros, acabando com a histórica "doação de cestas básicas".

Página 8



Índios Mbyá-guarani receberam doação no lançamento do Fórum

Itajaí em foco

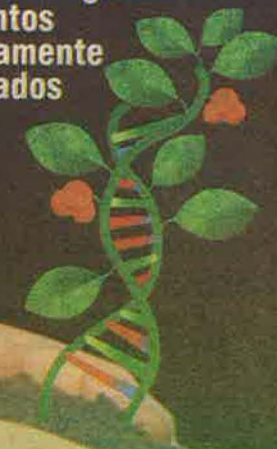
Proporcionar ao público que visita a Assembléia uma visão das tradições, do turismo e dos valores humanos dos catarinenses, na sua luta constante por uma sociedade igualitária, justa e democrática. Este é o objetivo do projeto *Retratos de Santa Catarina*, implantado na legislatura passada.

O município escolhido para inaugurar o primeiro *Retratos* deste ano foi Itajaí – o 48º a se apresentar no dia 23, às 19 horas, na Galeria de Arte Meyer Filho. Localizado no litoral Norte do estado, com uma população de 147 mil habitantes, Itajaí foi colonizado por imigrantes açorianos, orgulhosos de preservar a cultura dos seus antepassados. Um dos exemplos dessa preservação é a Marejada – Festa Portuguesa e do Pescado, que divulga os potenciais econômicos e turísticos da região. (RMPP)

RETRATOS DE SANTA CATARINA

Audiência Pública debate alimentos transgênicos

Plantas transgênicas e alimentos geneticamente modificados



Página 6

MST se manifesta na Assembléia

Cerca de mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/SC) acamparam no estacionamento coberto da Assembléia Legislativa desde as primeiras horas da manhã de terça-feira (15). Às 10 horas tiveram audiência com o governador Luiz Henrique da Silveira e, às 14 horas, no plenário, um grupo encenou o massacre de Eldorado de Carajás (PA), quando foram mortos, oficialmente, 19 trabalhadores sem terra no dia 17 de abril de 1996. A movimentação integra a "Jornada de luta em defesa da reforma agrária", atuante em 23 estados, tendo iniciado no dia 10 com atividades programadas até o dia 17 de abril.

Página 5

Parlamentares conferem andamento das obras da Barragem do Rio São Bento

Página 5

A Hora da mudança

O diferencial para o aumento ou a redução da área plantada de milho, importante componente na cadeia alimentar de suínos e aves, ainda é o preço do produto no mercado. Hoje, a saca de 60 kg está sendo comercializada no Estado por R\$ 19,50. Há um ano, a mesma saca estava sendo vendida a R\$ 13,00. A perspectiva de aumento do preço do cereal produziu um aumento de 3,1% na área plantada, passando de 833 mil hectares para 860 mil hectares, o que gerou um aumento na produção de 33,2%, de 3.100.031 de sacas para 4.128.000 de sacas na safra 2002/2003.

Esse raciocínio nos leva a seguinte constatação: o produtor continua mergulhado num mar de inseguranças, com estreita margem de manobra na condução do seu agronegócio. No planejamento da atividade agrícola o agricultor se apóia em uma única variável: a perspectiva do preço do produto, formado segundo a conjunção de fatos e fatores os quais fogem ao comando e até do conhecimento do agricultor.

Diante desse quadro preocupante em que está imerso o setor primário, o que nos vem em mente são estratégias de desenvolvimento que privilegiem o seguro agrícola, o uso de tecnologia que promova o aumento da produtividade, a garantia de mercado e preços dos produtos, o controle de preços e a qualidade dos insumos e programas de financiamento da produção. Enfim, resumindo, uma política agrícola que se possa acreditar, voltada para a promoção do produto e do produtor.

A lei que estabeleceu e disciplinou a política agrícola no Brasil foi promulgada em 18 de ja-

neiro de 1991. Esta lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e seus instrumentos, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. A lei existe. A questão é como ela está sendo aplicada e se está sendo cumprida plenamente em todos os seus pressupostos. Algumas questões, no entanto, ainda permanecem sem respostas, tais como: quem tem se beneficiado com os subsídios? É correta a política que privilegia as exportações? Até quando a agricultura irá resistir no papel de âncora verde do real? A renegociação dos débitos dos agricultores foi justa e sem privilégios? É correta a política de não subsidiar o pequeno produtor? É correta a política de importação de produtos derivados da agricultura ou é preferível produzi-los aqui para possibilitar a geração de emprego e renda?

Estamos iniciando um novo período governamental na esfera estadual e federal. É chegado o momento de repensar a importância da agricultura como instrumento de desenvolvimento global que favoreça a criação de empregos e o aumento de renda no meio rural. Vamos apostar que as novas formas de condução do processo de desenvolvimento agrícola em Santa Catarina proporcionem ao homem do campo o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, assistência técnica educativa e saneamento.

Com certeza, o agricultor responderá positivamente a esses estímulos, fazendo o que ele sabe fazer melhor, produzir alimentos para a sociedade.

**Deputado Rogério Mendonça (Líder do PMDB)*

Qualidade assegurada para os produtos artesanais

Santa Catarina é primorosa em iniciativas empreendedoras, principalmente no que diz respeito ao pequeno empreendimento e à produção familiar, que é hoje o caminho mais acertado para manter o homem no campo, melhorando sua qualidade de vida e, conseqüentemente, dos municípios onde estão. Por isso, entrei com projeto de lei para disciplinar as normas sanitárias sobre a elaboração e comercialização dos produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal. Entende-se por elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantenham características tradicionais, culturais ou regionais, produzidos em pequena escala.

São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, as carnes, leite, ovos,

produtos apícolas, peixes, crustáceos, moluscos, microorganismos, frutas, cereais e demais produtos. Na prática, se transformado em lei, o projeto vai intensificar o programa de profissionalização das famílias rurais e de pescadores, tornando seus produtos mais competitivos e a produção mais especializada, evitando que sejam excluídas do meio em que vivem.

Também será descentralizada a questão da inspeção sanitária. Atualmente, a competência é do Estado, que a exerce através do Serviço de Inspeção Estadual da Secretaria da Agricultura e Política Rural. Caso minha proposta se transforme em lei, a competência passa a ser efetivamente dos municípios, que vão atestar a qualidade e liberar os produtos para a comercialização em todo o estado, devidamente inspecionados e autorizados através do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

**Deputado João Rodrigues (PFL)*

Moderna Administração

Em um mundo onde a tecnologia muda tão rapidamente, onde o ritmo do desenvolvimento econômico tende a acelerar-se secularmente e onde as relações econômicas e sociais tornam-se cada vez mais complexas, espera-se, em conseqüência, que as instituições políticas mudem. O Estado, que ainda assume seus deveres econômicos e sociais, já busca mais eficiência quando realiza contratações com entidades públicas não-estatais, de forma competitiva, para o atendimento dos serviços públicos sociais e científicos necessários. A Gestão Pública, procurando atender a demanda por eficiência, está se tornando mais autônoma e mais responsabilizável politicamente. Surge um novo Estado, porque está sendo exigido que a sua organização mude, se descentralize e terceirize atividades, buscando a eficiência.

Está surgindo também uma nova Gestão Pública, porque os servidores estão se renovando e assumindo suas próprias responsabilidades, em vez de apegar-se à comodidade estéril e fictícia de que constituem um corpo neutro que apenas repercute a fidelidade a políticos eleitos. Essas demandas por mudanças têm origem dentro e fora do Estado. Dentro, na medida em que as democracias progridem e os cidadãos, na sociedade civil, tornam-se mais ativos e exigentes. Fora, na medida em que as pressões externas, como a globalização, tornam o setor produtivo mais competitivo e exigem que os governos nacionais apoiem essa concorrência.

Todas essas transformações, que levam à modernização da Administração Pública, estão alicerçadas em dois pilares: a ética e a transparência. Tais sustentáculos são construídos pela sociedade na medida em que ela as exige como bandeira maior de todas as reivindicações. Estas reflexões, surgidas a partir de uma nova e promissora realidade, entusiasma-me sobremaneira a aceitar novos desafios, porquanto tal realidade vem revestida da ética e da transparência, duas características harmônicas com a formação que recebi e procurei aprimorar tanto como indivíduo quanto como cidadão desses novos tempos.

**Deputado Celestino Secco - PP*

Pergunte ao deputado

perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Leitores e eleitores têm espaço neste informativo. Para o **Pergunte ao Deputado**, onde o leitor pode fazer questionamentos a parlamentares por ele determinados, as perguntas podem ser encaminhadas por telefone (48) 221-2753, ou pelo e-mail perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br. Para o espaço **O Leitor**, reservado às manifestações diversas - críticas, sugestões ao Jornal e ao parlamento - podem ser feitas através do fax (48) 2247021 ou pelo e-mail oleitor@alesc.sc.gov.br.

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic e Tatiana Kinoshita

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, José Luiz Arruda, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luciano Oliveira, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tilmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Regina Zandomênic, Rita de Cássia Lombardi, Roger Alexandre, Rosa Mariano, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Graziela May Pereira e Valeska Bittencourt Coelho

Diagramação: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Feitas e Ronaldo Rolnei Souza

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid, Simone Marçal Alves e Carla Fabiana Faria dos Santos

Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Gráfica Zero Hora

Homenagem aos 50 anos da Fecesc

Completando 50 anos de atuação, a Federação Catarinense do Comércio de Santa Catarina (Fecesc) foi homenageada em sessão solene requerida pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), na noite de último dia 10. Morastoni destacou a trajetória vitoriosa da entidade, que contribuiu para a realização de grandes mudanças em Santa Catarina e no Brasil. "Os integrantes da Fecesc têm se empenhado por uma causa social. Defendem uma das categorias mais importantes do Brasil e podem comemorar uma trajetória vitoriosa, cujo o auge foi a posse de um trabalhador na presidência da República e a eleição da primeira mulher a representar Santa Catarina no Senado e se faz presente também na eleição de vereadores, na ocupação dos espaços públicos e no avanço da consciência e organização dos trabalhadores". O parlamentar enfatizou que a concepção sindical que norteou o trabalho desenvolvido pela Fecesc neste período mostrou-se adequada, pois as possibilidades de avanços efetivos nas conquistas sociais, econômicas e trabalhistas estão diretamente vinculadas à sua articulação com um projeto de

efetiva transformação social.

O deputado Dionei Valter da Silva (PT), declarou sua satisfação em participar da homenagem e lembrou de sua trajetória como assessor jurídico dos comerciantes em Jaraguá do Sul. Destacou que, em 50 anos, a Federação apresentou um crescimento considerável e atualmente conta com 27 sindicatos filiados. "Direitos não podem ser reduzidos. Devem ser ampliados. É um dos lemas da Federação, que exemplifica a essência da luta dos comerciantes. Sabemos como os trabalhadores sofreram até pouco tempo e muitos continuam sofrendo com as tentativas de todas as formas de flexibilização e redução dos direitos trabalhistas. A sociedade nunca será justa se continuar com a concentração de renda que nós temos, com a precarização do

trabalho e com a desvalorização do trabalhador", defendeu. Ele lembrou ainda a participação da Fecesc em inúmeros movimentos de trabalhadores no Brasil, como a marcha dos 100 mil a Brasília e o Grito dos Excluídos.

Em nome das bancadas de oposição, o deputado Reno Caramori (PP, antigo PPB), que no início de sua vida profissional atuou como comerciante, destacou a evolução da Fecesc e a importância da atuação em defesa da categoria. "Tenho a certeza de que a federação muito fez pelos seus filiados, pessoas que impulsionam este estado e país. O comerciante talvez não saiba o valor que tem no contex-



Francisco Alano recebe placa

to nacional, mas ele é fundamental para o desenvolvimento do cenário econômico e, por isso, quero cumprimentar toda a classe que nestes 50 anos foi exemplo de economia, trabalho, de prestação de serviço e de formação do patrimônio deste país, através do suor de cada um".

Em reconhecimento à colaboração que recebeu em sua trajetória, a Fecesc prestou homenagem a assessores, diretores, comerciantes, de diversas regiões de Santa Catarina, com a entrega de um troféu. O presidente, Francisco Alano, recebeu das mãos do presidente da AL, Volnei Morastoni, uma placa que representa o reconhecimento do Poder pela importância da entidade. Alano rememorou o surgimento em 1952 que, segundo ele, nasceu sob o abrigo da estrutura sindical imposta pelo ex-presidente Getúlio Vargas, recebendo a influência constante e direta das políticas de dominação do sindicalismo americano, patrocinado pelo governo daquele país. "Contra o imobilismo, a política de conciliação

e o apoio incondicional ao Golpe de 64 é que em 1976, juntamente com outros companheiros, elegemos uma nova direção com as propostas de mudança na política da Federação. A mudança, necessariamente, passaria pela politização dos nossos dirigentes. E, nesse sentido, iniciamos amplo processo de formação política e sindical, com a realização de cursos, de seminários, de encontros, de plenárias e de congressos estaduais. Em pouco tempo já havíamos negociado convenções coletivas de trabalho para todos os sindicatos e para a Federação." Alano citou as lutas da entidade, como o combate permanente ao horário livre no comércio, que parte da compreensão de que a liberdade de horário provoca desagregação familiar, doença profissional, eliminação de milhares de postos de trabalho em razão da falência de pequenas e médias empresas mas, principalmente, "porque esta iniciativa interessa aos grandes grupos internacionais do comércio". (SD)



O autor, na noite de autógrafos

Livro

Durante a sessão solene foi lançado o livro 'Fecesc, 50 anos de luta', escrito por Luiz Azevedo, que resgata a história da instituição. "Ao longo de sua trajetória a Fecesc passou por um curto período democrático antes de 64, viveu o longo período da ditadura militar de 64 a 84, teve um papel de destaque fundamental

e decisivo na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), na luta pela instauração das convenções coletivas, na luta pelas eleições diretas, e na destruição da estrutura sindical getulista ou, pelo menos, pelas mudanças substanciais que nela procedeu".

Complexidade do tabagismo

Professor da Univali e doutor em Ciências Humanas, o escritor Sérgio Luis Boeira é autor do livro *Atrás da cortina de fumaça - tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica*, editado pela própria universidade, lançado na Assembléia.

A obra é um estudo aprofundado sobre o fumo e o tabagismo e, segundo o autor, há múltiplas dimensões entre tabagismo, indústria do tabaco e meio ambiente. Ele disse que a Organização Mundial de Saúde (OMS) está preparando um acordo global para os países que fazem parte da ONU, que deverá estar concluído em maio, sobre as restrições ao tabaco. O ob-

jetivo é criar um sistema de regulação mundial das nações sobre as estratégias da indústria do tabaco, visando restringir a demanda, proibir a propaganda e as promoções do cigarro (como distribuição de amostras grátis); estimular o tratamento do tabagismo, coibir o comércio ilegal e regulamentar os teores de nicotina e de alcatrão. "Mas esse acordo global não substituirá as políticas nacionais", declarou. Somente em Santa Catarina, 48 mil famílias têm na produção de fumo a principal fonte de renda, o que confere ao estado a segunda posição na produção do Brasil, o maior exportador do mundo. (RMPP)

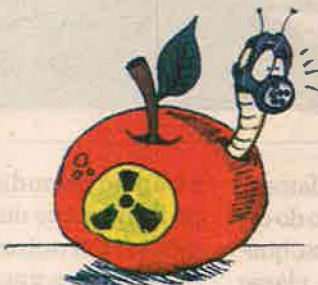


Reitores de universidades de todo o país reuniram-se durante três dias no Campus da Unisul, município de Palhoça (Grande Florianópolis) para a Plenária de número 69 do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub). Sob o tema *A Universidade no Século XXI: Construindo o Modelo da Universidade Brasileira*, o encontro teve a participação do governo estadual, do ministro da Educação, Cristovam Buarque, e do presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT) (à esquerda na foto).

Transgênicos voltam a ser discutidos na Assembléia

(foto Solon Soares)

Durante audiência pública realizada na tarde de quinta-feira (10) e promovida pela Comissão de Agricultura, deputados e autoridades ligadas ao setor agrícola discutiram um dos temas mais polêmicos do momento: a produção e a comercialização de produtos transgênicos. O encontro foi coordenado pelo presidente da Comissão, deputado Mauro Mariani (PMDB), e requerida pelo deputado Dionei da Silva (PT), com a presença de representantes da secretaria da Agricultura, do Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança, do Ministério Público, do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária do Paraná, do Ministério do Meio Ambiente e da Associação Catarinense de Defesa dos Direitos das Mulheres, das Donas de Casa e dos Consumidores.



Através da engenharia genética é possível transferir genes de uma bactéria ou de um animal para uma planta. Os Estados Unidos, a Argentina e o Canadá são responsáveis por 98% da soja transgênica produzida no mundo, com crescimento significativo nos últimos seis anos. Em Santa Catarina, apesar da proibição através da Lei nº 12.128, de 2002, a suspeita é que 5% dos 250 mil hectares de soja cultivada é geneticamente modificada. Segundo Aldair Kozuchovski, diretor de Planejamento da Cidasc, na safra passada foram incinerados em Xanxerê, na região Oeste, 340 hectares desta soja, em 18 propriedades rurais. "Diante da suspeita de plantio, utilizamos um produto químico que identifica se a planta é ou não transgênica".

Até o momento não existem evidências científicas conclusivas dos riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Mesmo assim, no dia 26 de março a Medida Provisória nº 113, da Presidência da República, liberou a comercialização da soja produzida na safra 2003. Essa comercialização termina em 31 de janeiro de 2004 e durante esse período os estabelecimentos que comercializarem soja e seus derivados deverão constar em seus produtos o rótulo com informações aos consumidores sobre sua origem e a presença de organismo geneticamente modificado.

O secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, propôs a manutenção da integração entre o serviço de defesa sanitária da secretaria da Agricultura e o Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança; a execução de um programa de fiscalização dos organismos geneticamente modificados (OGMs) que atenda às necessidades determinadas por lei, inclusive nas questões referentes à rotulagem e o esclarecimento à opinião pública, principalmente aos produtores rurais, ressaltando os aspectos legais, as vantagens e as desvantagens da produção de organismos transgênicos e suas implicações.



A audiência realizada no dia 10

Para o proponente da audiência, deputado Dionei, o encontro que durou quase quatro horas foi excelente. "Precisamos agilizar três aspectos: a melhoria na estrutura de pessoal e de laboratórios da Cidasc, tirar do papel e cumprir a lei estadual dos transgênicos e transformar Santa Catarina em área livre de transgênicos, a exemplo do que aconteceu com a aftosa. (RMPP)

Secretaria da Fazenda presta contas

A Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Djalma Berger (PFL), promoveu na manhã desta segunda-feira (14) audiência pública com representantes da Secretaria da Fazenda. Além do secretário, Max Roberto Bornholdt, e equipe técnica, compareceu o secretário de Articulação Estadual, Miguel Ximenes. No encontro, a secretaria apresentou resultados da gestão fiscal do Estado no último quadrimestre de 2002, com esclarecimentos aos parlamentares sobre as metas cumpridas.

Segundo o secretário da Fazenda, os gastos com a folha de pagamento do Executivo, que totalizaram 48,9%, está acima do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 46,55%. "Diminuindo esse percentual poderemos fazer novas contratações, como na saúde, na educação e na segurança pública, consideradas emergenci-

ais", disse Max. Ele acredita que as reformas tributária e da previdência trarão resultados positivos para o caixa do Estado. O secretário disse que somente com o pagamento de inativos e pensionistas o gasto mensal é entre R\$ 60 milhões e 70 milhões. "Se esse valor não aumentar e começar a diminuir gradativamente já teremos lucro".

Outra explicação e que preocupa a secretaria são os precatórios. Max declarou que não há controle sobre o pagamento dos precatórios e há casos de pagamento em duplicidade. Um programa que será cedido pelo governo do Paraná permitirá à secretaria ter um acompanhamento mais efetivo sobre o assunto. O deputado Antonio Carlos Vieira (PP, antigo PPB) colocou-se à disposição do atual secretário para auxiliar nesse trabalho. Vieira foi secretário da Fazenda de 1999 a 2002. (RMPP)

Alteração orçamentária da Celesc

O presidente da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Carlos Rodolfo Schneider, explicou aos parlamentares durante audiência pública conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças e Tributação, presididas pelos deputados João Paulo Kleinubing (PFL) e Djalma Berger (PFL), as alterações orçamentárias previstas no Projeto de Lei nº 35/03, de origem governamental.

Os recursos de R\$ 45,6 milhões, retirados da rubrica investimentos em geração serão aplicados no setor de distribuição da empresa. Schneider explicou que os valores serão usados para a construção da subestação de São Bento do Sul, melhorias das linhas de transmissão das agências regionais de Chapecó e Lages, no sistema digital de supervisão e controle, e equipamentos especiais e acessórios para suprimento automático, melhoria no sistema de comunicação da distribuição, construção de alimentador de distribuição, pes-

quisa e desenvolvimento, além da construção das usinas de Salto Pilão, Barra Grande e ampliação da rede de distribuição rural da agência de Blumenau.

O deputado Antônio Carlos Vieira (PP, antigo PPB), proponente da audiência pública, questionou se a medida não estaria contrariando o projeto de cisão da Celesc, aprovado em 2001, que transformou a empresa em uma holding subdividindo-a em geração, telecomunicações e transmissão. Schneider esclareceu que existem gru-

pos de trabalhos na empresa que estão discutindo conceitos para a implementação do novo modelo. O presidente da Celesc informou ainda que a estatal está contratando escritório de cobrança para recuperar cerca de R\$ 300 milhões referentes à inadimplência do poder público e iniciativa privada e que ainda existem passivos que preocupam: R\$ 98 milhões referentes à liquidação do mercado atacadista de energia e, a longo prazo, o débito de R\$ 500 milhões com a Fundação Celos. (SD)



Vieirão faz questionamentos a Schneider

Reforma agrária pode conter violência nas cidades

Rubens Vargas

Além da reforma agrária, a jornada do MST pede o fim da impunidade no campo e protesta contra o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), os Estados Unidos e a produção e o comércio dos transgênicos.

Irma Bruneto, do MST/SC, informou que 2003 foi escolhido como o ano de luta contra o latifúndio, pois no Brasil 1% dos proprietários detém 43% das terras enquanto 5 milhões de famílias não possuem um lote para a sua sobrevivência. "Mais de 80% dos brasileiros vivem nas cidades, o que só aumenta os problemas sociais e a violência. A empreiteira CR Almeida tem 4, 5 milhões de hectares". Ela destacou que a reforma agrária é urgente para combater a miséria que atinge 50 milhões de pessoas no país, citando exemplos de assentamentos responsáveis por incrementar a economia em diversos municípios.

Já Vilson Santin, da coordenação estadual e federal do movimento, relatou que no dia 17 de abril haverá manifestações em defesa da reforma agrária e dos pequenos agricultores em 80 países, lideradas pela Via Campesina, organização que esteve presente no Fórum Social Mundial, em



Mobilização intensa até 17 de abril

Porto Alegre, de 23 a 28 de janeiro, para debater as experiências do campo e dos povos indígenas. Ele argumentou que os transgênicos (organismos geneticamente modificados) representam o modelo atual das grandes corporações, provocando o empobrecimento da agricultura. "Quatro ou cinco multinacionais controlam as sementes, o comércio, o processamento de alimentos e a biodiversidade. Santa Catarina é o estado campeão em êxodo rural, as nossas agroindústrias estão se transferindo para o Centro Oeste". Santin informou que, em maio, será votada no Congresso Nacional a medida provisória que libera a produção e comercialização dos transgê-

nicos, levando o MST a marcar presença em Brasília pela derrubada da MP. O presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), e os deputados Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo, Reno Caramori (PP, antigo PPB), e Afrânio Boppré, líder do PT, ocuparam a tribuna para prestar solidariedade à luta dos sem-terra.

Governo

O líder do MST ficou satisfeito com a recepção do governador Luiz Henrique da Silveira e do secretariado. Na terça e quarta-feira (15 e 16) uma comissão formada por Santin e outros agricultores iniciou as conversas com os secretários da Educação, Saúde e Agricultura, além dos presidentes da Celesc e da Epagri.

Reivindicações

- Linha de crédito especial para capital de giro e investimento para cooperativas e agroindústrias instaladas nos assentamentos
- Contratação de 35 técnicos, 20 de nível médio e 15 de nível superior, por convênio, para assistência técnica nos assentamentos
- Criação de um programa ambiental de caráter educativo e de estímulo ao reflorestamento
- Liberação dos recursos do FAT para capacitação e qualificação dos agricultores em assentamentos e acampamentos
- Energia elétrica para 1421 famílias assentadas no Estado
- Ampliação da rede trifásica nos assentamentos Zumbi dos Palmares, em Passos Maia, e Nove de Novembro, em Vargem Bonita
- Contratação de equipe pedagógica para assentamentos e acampamentos
- Transporte para alunos dos ensinos médio e fundamental
- Construção e ampliação das escolas de 1ª a 8ª séries
- Projeto de escola de 2º grau em técnico agropecuário no Assentamento José Maria, em Abelardo Luz
- Legalização da Escola Agrícola e ampliação das salas de aula em Fraiburgo
- Reabertura das escolas dos assentamentos que foram nucleadas
- Contratação de agentes comunitários de saúde e profissionais de nível superior
- Criação de programa de saneamento básico nos assentamentos e construção e equipamentos para postos de saúde
- Abertura de estradas de caráter estadual para acesso aos assentamentos de Timbó Grande, Passos Maia e Água Doce.
- Construção de trevo na BR-163, km 76, em São Miguel do Oeste, para acesso à indústria Terra Viva

Barragem de São Bento necessita de licença ambiental

Scheila Dziedzic

A previsão é de que em dois meses se possa encher o lago e então passar a distribuir água potável à população da região carbonífera. Esse foi o prazo informado na quinta-feira (10) aos deputados Valmir Comin (PP, antigo PPB), que preside o *Fórum Parlamentar de Acompanhamento das Obras da Barragem do Rio São Bento*, e José Paulo Serafim (PT), durante visita ao local da obra, em Siderópolis, acompanhados de lideranças comunitárias e políticas.

Ao questionar os representantes da Casan – empresa executora – por que a barragem ainda não foi inaugurada, uma vez que ao final de sua administração o ex-governador Esperidião Amin anunciou que a mesma estava 98% concluída e com entrega prevista para setembro do ano passado, Comin foi informado que existe a necessidade de liberação pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma) da Licença Ambiental de Operação (LAO).

Para isso foi contratada a empresa Engevix, que realizará os estudos dos programas ambientais. O engenheiro Liu Ming explicou que serão realizadas as avaliações de estabilidade das encostas, ero-

são e assoreamento de reservatório, acompanhamento da população desapropriada, plano de uso, programa de educação ambiental, monitoramento das condições de jazante (abaixo da barragem), manual de operação do reservatório e gerenciamento de risco.

Comin reconheceu a importância fundamental da bancada federal catarinense para que a barragem, reivindicação de mais de 30 anos da comunidade do Sul, fosse construída. "Foram eles que garantiram os recursos junto ao governo federal e precisaremos de-



Serafim e Comin (à esquerda) ouviram explicações



Em dois meses a população terá água potável

les para conquistar os valores que serão usados para as obras complementares que efetivamente abastecerão toda a região". Para Serafim, é preciso pontuar as necessidades para a efetiva distribuição da água, de maneira que o Legislativo possa contribuir na busca dos recursos.

Após o enchimento do lago, a vazão da barragem será de 850 litros de água/segundo, direcionados à Estação de Tratamento de Água (ETA), já existente em Criciúma. Isto solucionará o problema da falta de água potável na região

Carbonífera em situações de estiagem, informou o engenheiro da Casan, Romualdo Sandrini. Segundo ele, em uma segunda etapa será construída uma nova estação, na localidade de Caravaggio, que ampliará a vazão para 1.600 litros/segundo e atenderá os municípios de Siderópolis, Nova Veneza, Forquilha, Içara, Criciúma, Morro da Fumaça, Cocal do Sul e Maracajá.

O desenvolvimento do turismo no entorno da barragem também foi um dos questionamentos dos parlamentares. Comin defende um projeto ampliado de exploração do turismo tendo, inclusive, feito contatos neste sentido com a Secretaria da Organização do Lazer. "É um setor que tem uma grande gama de potencialidades e precisamos agregar valor à Barragem do Rio São Bento. Porém, precisamos ter isso bem organizado", defende. Segundo o engenheiro da Casan, Romualdo Sandrini, a exploração do turismo e qualquer outro tipo de uso do entorno da barragem acontecerá após a definição do plano diretor do reservatório, que terá definida as regras para isso. "Essa medida é para garantir a qualidade da água da barragem usada para o consumo da população".

O milagre da multiplicação de pães nas nossas mãos

Mirela Maria Vieira

Amigo pessoal do presidente Lula, que conheceu na década de 80 quando realizava um trabalho na região do ABC paulista, Frei Betto, tem percorrido o Brasil desde que recebeu a incumbência de usar sua experiência de décadas para mobilizar a sociedade brasileira engajando-a no programa federal de Segurança Alimentar e Nutricional (o Fome Zero). No último dia 14, Frei Betto veio a Santa Catarina participar do lançamento oficial do Fórum Parlamentar Permanente do Fome Zero, quando conversou com o

AL Notícias. Ao enfatizar que este não é mais um programa de distribuição de cestas básicas - paliativo utilizado historicamente que resultou em 44 milhões de famintos num País de extrema fartura e onde o desperdício de alimentos equivale a mais de R\$ 40 bilhões por ano -, faz as honras ao grande mestre da Educação brasileira, Paulo Freire: "É necessário ensinar a pescar, mas precisamos alimentar os famintos para que as pessoas consigam pescar".

AL Notícias - O Programa Fome Zero está em curso e quanto o governo federal vai investir este ano?

Frei Betto - Sim. Em 220 municípios e, até o final do ano, a meta é atingir mil municípios nas cinco áreas prioritárias, onde a fome é um flagelo, que são os municípios do semi-árido nordestino, incluído o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; os acampamentos e assentamentos rurais; as populações que vivem dos e nos lixões; áreas remanescentes de quilombos (quilombolas) e aldeias indígenas em situação de risco nutricional. Nestas 220 cidades, já foi feito cadastramento e os cartões-alimentação estão nas mãos das famílias. Para este ano, o governo federal tem recursos de R\$ 1,8 bilhão. Mas, esta é apenas uma parte. O esforço do presidente Lula é mobilizar toda a

sociedade, pois esta não é uma tarefa que somente o governo possa levar adiante. Por isso, é essencial que o poder público de estados e municípios e a sociedade civil organizada, como igrejas, ONGs, associações comunitárias, empresas, se organizem e implementem seus Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas). É necessário deixar bem claro que o Fome Zero não é mais um programa assistencial de distribuição de cestas básicas. É um programa de Segurança Alimentar e Nutricional, ancorado no conjunto da sociedade brasileira, que prevê ações simultâneas que

viabilizem o fim do desperdício, o aproveitamento nutricional real dos alimentos, a promoção da saúde, da educação, de ações de geração de renda, como a agricultura familiar, permitindo a inserção social de cerca de 44 milhões de brasileiros alijados da cidadania. É isto que o presidente Lula está promovendo. Ele tem repetido que sozinho o governo federal não pode ter sucesso.

AL Notícias - Como são formados e qual a importância dos Conseas?

Frei Betto - Os Conselhos são formados por 2/3 de representantes de entidades e instituições que já atuam em segurança alimentar, como sindicatos, cooperativas, igrejas, organizações não-governamentais (ONGs) entre outros, e 1/3 de representantes do poder público. São Paulo já tem o seu Consea, assim como Mato Grosso do Sul. O governador Luis Henrique da Silveira me disse que em breve o Consea catarinense já estará formado. Estados e municípios, e cada cidadão brasileiro, devem assumir a sua parte no grande esforço nacional para acabar com a fome no País. O município de São Carlos (SP) não apenas

estruturou seu Conselho como já realizou o cadastramento das famílias e providenciou o cartão-alimentação, com recursos próprios. Este é um programa que envolve toda a sociedade e exige mudança de cultura, para que a sociedade se assuma como governo. Isto é democracia.

AL Notícias - Mudança de cultura é algo que pode levar bem mais do que quatro anos.

Frei Betto - Décadas. Mas, a sociedade brasileira está totalmente aberta para isso. Não conheço nenhum outro país do mundo em que a sociedade tenha tantas organizações e associações de trabalho voluntário, voltadas justamente à inserção das parcelas que estão excluídas da cidadania. As Pastoris da Criança, são um exemplo. Os Comitês do Betinho, outro. São centenas de iniciativas espalhadas por este país. Por isso, o Fome Zero não é um programa que parte da estaca zero e não se limita a fazer atendimento emergencial.

AL Notícias - Pode explicar melhor?

Frei Betto - O programa envolve políticas estruturais, embutidas nas reformas agrária, tributária, da previdência, permitindo a geração de empregos, o acesso à saúde

e à educação; políticas específicas, como o cartão-alimentação, a ampliação e melhoria do programa da merenda escolar, a educação alimentar; e políticas locais, onde atuam estados, municípios e a sociedade organizada. Mais, toda e qualquer pessoa pode fazer a sua parte, pode oferecer aquilo que sabe fazer. Por exemplo, um médico de São Paulo procurou a central do Fome Zero, queria saber como ajudar. Ele buscou seus colegas, formaram um grupo que hoje, nos finais de semana, faz o acompanhamento da saúde de uma comunidade que está acampada. Sempre orientamos as pessoas que querem ajudar - e isso deve ser feito em nível local - a se engajar em associações ou movimentos já existentes, que estão sendo cadastrados pelos Conselhos.

AL Notícias - Na prática, já existem resultados?

Frei Betto - O primeiro resultado é esta



Frei Betto

disposição demonstrada pela sociedade brasileira em se organizar e se integrar ao projeto. Agora, um efeito que mais nos estimula e prova que o caminho está correto aconteceu com a safra de feijão de Garanhuns (município escolhido como marco zero do programa). Além das famílias já estarem com seus cartões-alimentação, o que significa renda, a mobilização social promovida uniu os pequenos agricultores que, pela primeira vez na história daquele paupérrimo município, não foi vítima dos atravessadores. Eles conseguiram uma boa safra de feijão e os atravessadores ofereceram R\$ 22,00 pela saca de 50 quilos. Eles sempre venderam isoladamente, por isso, era fácil comprar sua produção por preços ínfimos. Desta vez eles disseram não. Os agricultores venderam em conjunto, fizeram um leilão e conseguiram R\$ 60,00 por saca. Este é o resultado mais importante do Fome Zero.

AL Notícias - E o controle, a fiscalização, não fica difícil controlar e fiscalizar ações dos Conselhos, por exemplo, e o uso correto pelos beneficiários dos cartões?

Frei Betto - Veja, Fome Zero é também corrupção Zero. Por isso, a sociedade organizada tem maioria nos Conselhos. Não vou dizer quem, mas teve um prefeito que disse que não queria o programa porque os recursos não passariam pelo cofre da prefeitura. Quer dizer, é

preciso sim estar atento, para que os Conseas não se tornem num cabide de emprego por exemplo. Também é esta a razão para que as parcerias formalizadas entre empresas, organizações, e o governo federal, exigem convênio, formal, e com duração de quatro anos. Não queremos parceiros para quatro meses.

O uso do cartão também será fiscalizado, não com exigência de notas fiscais, isso não existe. Mas precisamos saber se o beneficiário está se alimentando adequadamente. Não adianta ele comprar 10 quilos de batata, e deixar o resto do lado.

VIA BRASÍLIA

O Congresso Nacional está elaborando uma reforma política na qual um dos pontos é a troca de partido durante e após as eleições e até mesmo durante o mandato de muitos parlamentares, como explicou o deputado federal Leodegar Tiscoski (PP, antigo PPB), membro titular da Comissão Especial da Reforma Política. Ele falou sobre o futuro uso do financiamento público de campanha, e salientou a possível mu-

dança na forma de votação para a lista partidária. Antônio Serafim Venzon, eleito pelo PDT, hoje sem partido, informou que só deixou a sigla depois do dia seis de fevereiro desse ano, sendo assim não prejudicou a legenda do partido, ocupando o fundo partidário, o tempo de rádio e televisão e a participação nas comissões. "Proibir a mudança é fácil, é um tempo que ninguém compra." (DAB)

"Há campanhas biliarárias de combate à Aids, quando é a fome que mais mata no mundo. Por que a fome mata mais e tem menos mobilização? Porque esta doença não tem classe social. E a fome tem".

Situação da população carcerária

(foto Jonas Lemos Campos)

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), ouviu na última semana o diretor do Departamento de Administração Prisional da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Roberto Schwaitzer, atendendo moção recebida da Câmara de Vereadores de Fraiburgo, de autoria do vereador José Valdir Dias Chechin, na busca por uma solução para a superlotação e irregularidades existentes na cadeia do município, que funciona na delegacia de polícia.

“É preocupação de toda a população de Fraiburgo, que ficou bem clara quando aconteceu a rebelião de detentos há poucas semanas”, iniciou o vereador. As celas projetadas para abrigar quatro detentos estão com sete cada uma e as condições de sobrevivência dos presos

“são desumanas”, chegando ao ponto de não haver água para beber, a não ser a do chuveiro, nem material de consumo diário, como papel higiênico. “Temos denúncias de que há humilhação de presos por parte de alguns policiais civis e bebidas alcoólicas são vendidas a preço de

ouro aos detentos nos finais de semana”, denunciou Chechin.

Ao esclarecer que a delegacia de Fraiburgo não está vinculada ao Departamento que comanda, Schwaitzer assinalou que “a secretaria de Segurança Pública



Comissão ouve vereador de Fraiburgo e diretor de Administração Prisional

vai buscar uma solução”. A princípio, a reativação da cadeia pública de Videira poderia aliviar a atual pressão. Atualmente, a população carcerária em Santa Catarina totaliza, em média, 6.245 presos para um total de 4.046 vagas, um déficit de

2.199.

Solução possível – O deputado Mauro Mariani (PMDB) questionou sobre a existência de outras formas de administração de unidades do sistema prisional, como a parceria com a iniciativa privada, já que os valores para a construção de novos estabelecimentos custam, con-

forme Schwaitzer, de R\$ 10 mil a R\$ 12 mil por vaga. “Há uma experiência neste sentido que estamos indo conhecer ainda este mês no Paraná”, anunciou. Além disso, o Estado pretende, em caráter de urgência, construir mais três presídios, em Itajaí, Rio do Sul e Balneário Camboriú, que estão em fase de negociação. Mariani, ao somar o total de recursos necessário para resolver o déficit de vagas – R\$ 24 milhões hoje –, fez encaminhamento acatado pela Comissão, de que esta atue junto ao Executivo para que solucione o déficit antes de encerrados os “quatro anos de governo”, já que bastaria remanejar recursos orçamentários muitas vezes destinados a setores não prioritários. “O governo anterior gastou R\$ 48 milhões em publicidade, o que significa que o Estado pode solucionar o problema das vagas apenas mudando as prioridades de investimento”, concluiu o peemedebista. (MMV)

Eccel sugere sustar a municipalização da educação

Em audiência pública sobre a municipalização do ensino fundamental em Santa Catarina, realizada nesta segunda-feira, 14, no plenário da Assembléia, estiveram presentes o presidente da comissão de Educação, Paulo Eccel (PT), e compondo a mesa, os deputados Celestino Secco (PP, antigo PPB), Djalma Berger (PFL), Simone Schramm (sem partido) e Afrânio Boppré (PT), Jacó Anderle, secretário de Educação, Antão Antônio David, presidente da

Federação Catarinense do Municípios (Fecam), Ana Ribas, representante do Sinte, e Adelcio Machado, do Conselho Estadual de Educação.

O deputado Eccel alegou não conhecer as propostas e como vai acontecer o processo de municipalização do ensino. “As escolas do interior estão cobrando dos deputados um posicionamento oficial.” O parlamentar sugeriu ao secretário que o processo seja susinado nesse momento e, depois dos debates e de muita discussão, ele seja incluído no Plano Estadual de Educação.

Anderle afirmou que se não for para fazer uma escola de qualidade para todos, essa idéia vai ser esquecida. “O município que não for capaz de cuidar e de ter um bom ensino, que feche, que deixe de ser um município”, frisou, ao defender o seu plano que disse servir como uma forma de fortalecer a autonomia social. “Municipalizar é descentralizar compartilhando o poder, governo e sociedade”.

David defendeu a melhora no transporte escolar, principalmente na zona rural, e salientou o problema na merenda, já que as escolas recebem R\$ 0,16 por aluno. A preocupação de Adelcio é em relação ao tratamento com os profissionais da educação e como vai ser o financiamento da municipalização. A representante do Sinte explicou aos participantes o que vem acontecendo com a educação em Santa Catarina e disse que a municipalização não traz vantagem financeira para os municípios. (DAB)



Anderle, secretário de Educação, na tribuna

Servidores do Judiciário solicitam audiência pública

Atendendo pedido dos servidores do judiciário catarinense, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), aprovou terça-feira, 15, a realização de audiência pública no próximo dia 24, às 9 horas, na sala das comissões, para discutir a situação do Poder Judiciário a partir da realidade do trabalho. Deverão comparecer o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva; o presidente da OAB, Adriano Zanotto; o presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, Rodrigo Colaço; o presidente da Associação do Ministério Público, Lio Marcos Marin; o coordenador do curso de Direito da Ufsc, Josel Machado Correia, e o presidente da CUT/SC, Valdeci

José da Silva.

De autoria do presidente da comissão, os deputados aprovaram o pedido de informação encaminhado ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) para informar sobre a revisão anual de remuneração e proventos dos servidores públicos. Aprovaram também o Projeto de Lei nº 23/02, do Tribunal de Contas do Estado, que altera a redação da Lei Complementar nº 202/2000, que institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

No encerramento foi definido que as reuniões dessa comissão serão realizadas a cada 15 dias e não semanalmente, com exceção dos casos em que seja necessário votar algum projeto emergencial, informou o deputado Genésio. (RMPP)

Agenda

Dia 22, às 9 horas – Audiência pública: “Criação de Unidades de Conservação Ambiental Federal no Estado”

Local: Plenário

Dia 23, às 10 horas – Audiência pública: “Destinação de resíduos sólidos em Santa Catarina”

Local: Plenarinho

Dia 23, às 18 horas – Audiência pública: “As questões relacionadas à segurança pública do Estado”

Local: Plenário

Dia 23, às 19 horas – 48ª edição do Projeto Retratos de SC – Itajaí

Fórum já tem estratégias de ação

(foto Carlos Kilian)

Integrado pelos parlamentares Ana Paula Lima (PT), que o propôs e o preside, Djalma Berger (PFL), Nilson Nelson Machado (PP), Simone Schramm (sem partido), Sérgio Godinho (PTB), Nilson Gonçalves (PSDB) e Odete de Jesus (PL), o Fórum Parlamentar Permanente do Fome Zero está buscando estabelecer parceria com as instituições de ensino superior do sistema Acafe (Associação Catarinense de Fundações Educacionais).



Amaral e Silva anunciou o apoio do Poder Judiciário



Grupo musical indígena interpretou três canções

Mirela Maria Vieira

Com esta ação conjunta, o Fórum quer efetivar um diagnóstico das áreas de menor desenvolvimento humano no estado, o mais rápido possível. Auxiliar e agilizar o processo de criação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas) é outra prioridade do Fórum, que já está buscando as prefeituras.

“Precisamos de dados sistematizados, precisamos ir a campo para fazer este levantamento. Queremos localizar todos os focos da fome neste estado”, enfatizou a deputada Ana Paula, salientando ainda o papel de interface, de elo de ligação entre governo estadual e municípios. O Fórum vai funcionar durante os quatro anos da atual legislatura, dentro do compromisso assumido pela Mesa Diretora eleita em 1º de fevereiro.

Logo depois de abrir a solenidade, o presidente da Casa, Vol-

nei Morastoni, chamou o grupo musical Kuaray Quá, formado por índios Mbyá-guarani da aldeia de Massiambu, que apresentou três canções que integram um CD produzido sob a batuta do antropólogo Jaci Rocha Gonçalves, professor da Unisul. O professor fez as descrições dos significados das canções precedendo as apresentações. O grupo recebeu das mãos da jornalista Lurian Silva a primeira doação da ONG Rede 13, com a qual o Fórum Parlamentar estabeleceu parceria.



Como você pode ajudar o Fome Zero:

- Procure organizações sociais, participe do corpo de voluntários de alguma organização, com a qual se identifique: igrejas, entidades, sindicatos e ONGs.
- Você também pode contatar o Centro de Voluntariado de sua cidade. Para encontrar o Centro de Voluntariado mais próximo nos sites: www.facaparte.org.br ou www.voluntariado.org.br
- Com doações em dinheiro ou em alimentos – está última sempre através de uma entidade já cadastrada no Fome Zero
- Fale direto com a coordenação do Fome Zero através do telefone: 08007072003, das 8h às 20h, ou acesse os sites www.fomezero.gov.br e www.mobilizacao.org.br para maiores informações.

“Conto com a participação de todos os prefeitos, de todos os vereadores, de toda a sociedade organizada, para cumprirmos esta tarefa”, disse em seu discurso a deputada Ana Paula. Ela salientou que o fundamental do programa é a mobilização da sociedade, que tem se mostrado absolutamente disposta a integrar este esforço de todos para erradicação da miséria, dando condições dignas de vida a todos os brasileiros. “Há dezenas de exemplos já desenvolvidos por empresas, por organizações não governamentais, igrejas. No que depender de nós, Frei Betto, o Evangelho será concretizado, com a divisão do pão para todos os brasileiros”.

Engajamento – O presidente do Tribunal de Justiça, Antonio do Amaral e Silva, anunciou o engajamento dos 320 magistrados e quatro mil funcionários do Poder Judiciário catarinense na mobilização da sociedade e a integração oficial da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) no programa Fome Zero. “O presidente da nossa

Associação nos deu uma grande alegria com este anúncio. A instalação deste Fórum Permanente é um marco histórico para o Legislativo catarinense”, disse o desembargador. O secretário adjunto da secretaria do Desenvolvimento da Família, Evaldino Leite, afirmou que o governo estadual terá finalizado seu mapeamento da fome em maio. “Imediatamente após, começamos a implementar as ações de combate à fome e geração de renda”. O prefeito de Blumenau, Décio Lima, anunciou a implantação do Consea de Blumenau, no dia 12 de maio, que contará com a presença do ministro de Segurança Alimentar Francisco Grazziano.

Em seguida, Frei Betto detalhou à platéia a formatação do Fome Zero, que está finalizada. “O que o presidente Lula faz ao priorizar o programa que beneficia os mais pobres, entre os mais pobres, é tornar esta opção estratégica num gesto evangélico, que é a multiplicação dos pães e peixes”, assinalou.